

A COMUNICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA¹

Jussara Borges²

***Resumo:** Este trabalho analisa com quem, como e com quais objetivos organizações da sociedade civil estabelecem comunicação no âmbito de suas ações de participação política. A estratégia metodológica envolveu entrevistas com gestores de 44 dessas organizações em Salvador. Os principais resultados apontam três grandes grupos de atores sociais comunicantes: público-alvo, parceiros e poder público. Os canais de comunicação variam significativamente de acordo com cada ator. A internet é vista como um importante meio de interação, mas não o único, nem o mais adequado para todos os públicos.*

***Palavras-Chave:** Comunicação. Organizações da sociedade civil. Internet.*

1 Introdução

Este trabalho resulta de pesquisa para tese de doutoramento na qual se investigou as formas de participação política empreendidas por organizações da sociedade civil, o uso que fazem da Internet nesse processo e as respectivas competências infocomunicacionais empregadas. No decorrer da pesquisa um elemento que surgiu como significativo foi a questão da comunicação: com quem, como e com quais objetivos essas organizações se relacionam.

Compreender com quem as organizações se comunicam e como o fazem tornou-se um referencial importante para compreender sua participação política porque são nessas trocas simbólicas que se estabelecem identidades, ideologias, parcerias, mas também confronto, discussão e negociação. Todos esses, elementos conformadores do desenvolvimento democrático.

Dado que a democracia demanda - ao invés de evitar - conflitos de interesses e de opinião, que devem ser confrontados e negociados publicamente, é inevitável que a defesa de objetivos específicos se amplie para a defesa de interesses maiores da sociedade e, portanto, a

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXI Encontro da Compós, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, de 12 a 15 de junho de 2012.

² Professora Adjunta no Instituto de Ciência da Informação (UFBA), Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA), jussarab@ufba.br

participação das organizações assuma caráter político. Além disso, a Constituição brasileira de 1988 atribuiu às organizações da sociedade civil funções de representação, a exemplo da participação no planejamento municipal, denúncia de irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União e participação na formulação de políticas e no controle das ações em todos os níveis. Essas mudanças nas formas de participação política na democracia e a emergência de novos atores demandam a intensificação da comunicação entre esses atores sociais.

Assim, o *paper* é construído a partir de uma contextualização das organizações da sociedade civil como atores políticos, seguindo-se a análise dos resultados empíricos encontrados na pesquisa de campo. Na conclusão ressalta-se, entre outros aspectos, a pouca utilização das TIC no diálogo político das organizações da sociedade civil com o poder público.

2 Organizações da sociedade civil e participação política

Em diversas situações e oportunidades são os grupos segmentados – associações de mulheres, negros, ecológicos etc. – que se tornam os protagonistas da vida política na sociedade democrática. Também diversos autores vislumbram em organizações da sociedade civil (OSC) possibilidades para revigorar o poder de comunidades, formar cidadãos, fomentar valores de respeito e colaboração, representar interesses de grupos excluídos etc.

Quanto ao conceito, constantemente a sociedade civil é definida a partir dos grupos que a organizam. Para Maia (2011, p. 50) a sociedade civil refere-se aos seus grupos organizados:

De modo geral, sociedade civil, na perspectiva contemporânea, refere-se ao conjunto de associações, grupos formais e informais e redes na sociedade, que existem fora da família (e das relações íntimas) e do Estado (e instituições a ele ligadas, como o exército, partidos políticos, parlamentares e instituições administrativas burocráticas). Sob essa perspectiva, a sociedade civil abrange o domínio das associações voluntárias, os movimentos sociais e outras formas de comunicação pública, como os *media*.

Essas fronteiras tornam-se, contudo, cada vez mais porosas porque “muitas iniciativas cívicas contam com a parceria de agentes do governo local ou nacional, ou mesmo, de agências do mercado, o que constitui um terreno híbrido de partilha de poder e de atuação.” (Maia, 2007, p. 45). Há crescente imbricamento entre atores da sociedade civil e o Estado e também o mercado: são grandes corporações que apoiam ONG, consultores da sociedade civil

prestando serviços ao Estado, espaços de deliberação que envolvem sociedade civil e governo etc.

Para Gohn (2008) as principais mudanças no seio dos movimentos sociais e OSC seriam as seguintes: 1) muitos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, “não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social”; 2) houve uma ampliação dos sujeitos (protagonistas de ações coletivas) e alteração da “forma de atuação – agora em redes - e o alargamento das fronteiras de conflitos e tensões sociais em virtude da nova geopolítica”; 3) a dimensão política “desaparece da ação coletiva justamente por ser capturada por estruturas políticas – de cima para baixo, na busca de coesão e de controle do social.” (Gohn, 2008, p. 12-13)

Wampler e Avritzer (2004, p. 210) discordam dessa última posição e sugerem uma revisão do arcabouço teórico. Para eles, sob o ponto de vista da participação política,

[...] pesquisadores vêm perdendo de vista (ou negligenciando) elos fundamentais entre atores da sociedade civil, participação local, coalizões no governo e instituições, pois têm considerado apenas duas opções mutuamente exclusivas: a desmobilização da sociedade civil nos contextos pós-transição ou a emergência de OSC contra-institucionais ou do tipo movimento social. Esses arcabouços teóricos são incapazes de mostrar como a sociedade civil no Brasil está associada a esforços para a expansão do terreno institucional através do qual cidadãos competem por recursos públicos.

Assim, essas organizações podem desempenhar, entre outros, dois papéis políticos relevantes: primeiro o de fazer a ligação entre seus associados e os vários níveis de governo, as instituições, as empresas e mesmo os partidos políticos diretamente; as OSC também podem organizar as demandas locais e levá-las para a confrontação com o poder público; e na defesa dessas demandas tendem a ter melhores chances de negociação porque costumam manter redes de informação e deter habilidades discursivas. Segundo, na medida em que atuam politicamente, o de se constituir em instrumento de luta contra eventuais – e frequentes – tentativas de elitização dos processos decisórios de natureza política.

Como contraponto, deve-se lembrar que o discurso das organizações nem sempre é o mesmo daqueles que dizem representar, da mesma forma que não se pode falar de “um” discurso das OSC. As organizações não formam um todo orgânico e coerente e nem sempre respondem aos interesses da cidadania.

Outra característica importante das OSC é que elas têm cada vez mais procurado se fortalecer a partir da articulação em rede. Nas redes ligam-se participantes autônomos, que

compartilham valores e interesses e se relacionam sem as restrições de estruturas. “Mas a rede é antes de tudo um ambiente de comunicação e troca, que se dá em vários níveis. A informação circula na rede, atingindo os atores também de forma indireta.” (Marteleto, 2001, p. 5).

Por fim, as organizações da sociedade civil detêm um papel importante na democracia também pela sua própria heterogeneidade: ao organizarem-se em redes, mas autonomamente, em múltiplos espaços de disputa e negociação, elas propiciam uma pluralidade de forças políticas distintas dentro da própria sociedade e desta com as instituições políticas.

3 A comunicação estabelecida pelas OSC

Quarenta e quatro OSC de Salvador foram selecionadas com base em sua própria manifestação positiva quanto à sua contribuição para o desenvolvimento da democracia explicitado no Relatório Eletrônico de Prestação de Contas do Cadastro Nacional de Entidades (CNE)³. Seus gestores foram entrevistados e os dados tratados geraram os resultados apresentados a seguir. Algumas falas são utilizadas a título de ilustração e estão sinalizadas em *itálico*. Optou-se por ocultar a identidade das organizações em função do compromisso com a confidencialidade.

As organizações pesquisadas começaram suas atividades com objetivos específicos de natureza social e que se mantêm ao longo do tempo. Para evidenciar isso, buscou-se uma generalização – embora todas as organizações atuem em mais de uma causa – na qual elas foram classificadas de acordo com seus objetivos iniciais (Quadro 1).

Quadro 1 – Classificação por área de atuação inicial das organizações

Quant.	Categorias	Nome da Organização
9	Organizações que direcionam esforços para defesa de direitos e inclusão social de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física ou mental	Apae de Salvador
		Associação Bahiana de Recuperação do Excepcional (Abre)
		Associação Baiana de Deficientes Físicos (Abadef)
		Associação de Pais e Amigos de Crianças e Adolescentes com Distúrbios de Comportamento
		Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado da Bahia (Apada)
		Associação Pestalozzi de Salvador
		Instituto de Cegos da Bahia
		Instituto de Organização Neurológica da Bahia (Ionba)
		Instituto Guanabara

³Banco de dados e demais informações disponíveis em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJFC1E6BD5ITEMID1C837A412B2B430F8F9C1FF0CB7341FFPTBRIE.htm>

6	Organizações que começaram suas atividades voltadas para a educação	Associação Brasileira de Educação Familiar e Social
		Associação e Centro de Educação Infantil Maria Dolores
		Associação Nacional de Instrução (ANI)
		Associação Universitária e Cultural da Bahia
		Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente
		Fundação Clemente Mariani
9	Organizações ligadas a ordens católicas, centros espíritas ou terreiros de candomblé	Centro Espírita Caminho da Redenção
		Centro Espírita Deus, Luz e Verdade
		Centro Espírita União, Amor e Luz
		Comunidade Franciscana da Bahia
		Congregação das Irmãs Mercedárias Missionárias do Brasil
		Federação Espírita do Estado da Bahia (Feeb)
		Fundação Lar Harmonia
		Instituto Social das Medianeiras da Paz
		Sociedade Beneficente Cultural Afro-Brasileira São Jorge
3	Organizações que têm como ação prioritária o abrigo de menores	Fundação "Franco Gilberti"
		Fundação Instituto São Geraldo
		Organização de Auxílio Fraternal (OAF)
8	Organizações que podem ser enquadradas entre aquelas que prestam prioritariamente serviço de promoção e proteção da saúde	Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana (Ceparh)
		Fundação José Silveira (FJS)
		Grupo de Apoio à Criança com Câncer de Salvador (Gacc)
		Grupo de Apoio à Prevenção a Aids da Bahia (Gapa-Ba)
		Liga Bahiana Contra o Câncer
		Monte Tabor Centro Ítalo-Brasileiro de Promoção Sanitária
		Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil (Nacci)
Santa Casa de Misericórdia da Bahia		
2	Organizações que têm como foco questões relacionadas ao meio ambiente	Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Tamar)
		Instituto de Permacultura da Bahia

Fonte: pesquisa da autora.

A partir dessa classificação generalista, temos sete grandes categorias, de acordo com as áreas iniciais de atuação. Considerando a diferença de proporções, a pesquisa de Teixeira (2008) obteve resultados semelhantes: das 1821 organizações cadastradas, apenas 1% pôde ser considerada de natureza política, destacando-se os fóruns ou grupos de cidadania, voltados para o acompanhamento das ações governamentais em 11 municípios do interior baiano.

Verificou-se que com relação a aspectos de participação política, em geral as OSC pesquisadas estabelecem comunicação com quatro grandes atores sociais: os beneficiários de suas atividades, os parceiros, o poder público e o meio político.

3.1 Comunicação com os beneficiários das atividades

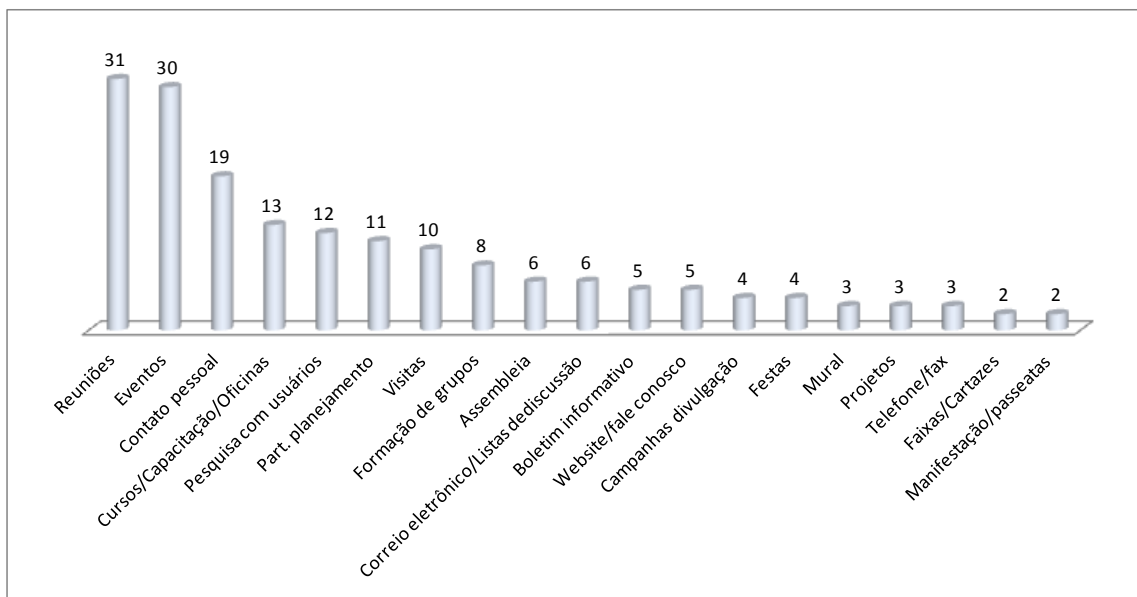
A intensificação e a diversificação dos canais de comunicação e informação é uma tônica em todas as organizações pesquisadas. Questionados sobre as formas de interação com os beneficiários de suas atividades, as respostas, ainda que agrupadas por semelhança, envolveram mais de 30 diferentes formas. O Gráfico 1 apresenta aquelas formas que receberam mais de uma indicação, mas para além do que está ali ilustrado, as organizações utilizam ainda: DVDs, bonés, camisas, cartilhas, *folders*, rádios comunitárias, exposições, *outdoors*, blocos de carnaval e carros-biblioteca como formas de se aproximar de seus beneficiários.

Observa-se que, ainda que diversificadas, as formas de interação experimentam uma grande concentração em torno das reuniões (70,4% das organizações) e dos eventos (68,1%). As **reuniões** com os beneficiários são de diversas modalidades e de acordo com a temática do público com que atuam, mesmo assim verificou-se que, sendo necessário, transformam-se em espaços de mobilização.

O mesmo ocorre com os **eventos**, que podem ser palestras, seminários, debates, encontros e conferências. Trinta organizações os consideram formas privilegiadas de interação com aqueles que são seus beneficiários. Portanto, as organizações privilegiam o espaço público como o *locus* privilegiado da interação.

Isso fica ainda mais evidente quando se compara com o terceiro colocado entre as formas de interação: o **contato pessoal**. Como todas as organizações prestam algum serviço: de abrigos de menores a serviços de saúde, de defesa do meio ambiente à reabilitação de pessoas com deficiências, elas necessariamente têm esse contato pessoal, direto, com o beneficiário de suas atividades. No entanto, quando inquiridas, as reuniões e eventos despontam. Provavelmente porque é nesse tipo de encontro que se produzem as relações sociais fortes que justificam a organização como entidade da sociedade civil.

Gráfico 1 - Interação das organizações com os beneficiários



Fonte: pesquisa da autora

Além disso, a manutenção de reuniões e eventos com a comunidade com que atua entra em consonância com a segunda principal forma de participação política verificada pela pesquisa da qual este texto emana (Borges, 2011) – a conscientização ou formação de cidadãos – na medida em que esses espaços trazem as pessoas para a discussão e favorecem aquilo que Maia (2008, p. 285) chamou de cultura política favorável ao desenvolvimento do potencial discursivo: “A questão da participação traz à tona o complexo problema relacionado à formação discursiva da vontade, que diz respeito, também a uma cultura política favorável ao desenvolvimento do potencial discursivo.”

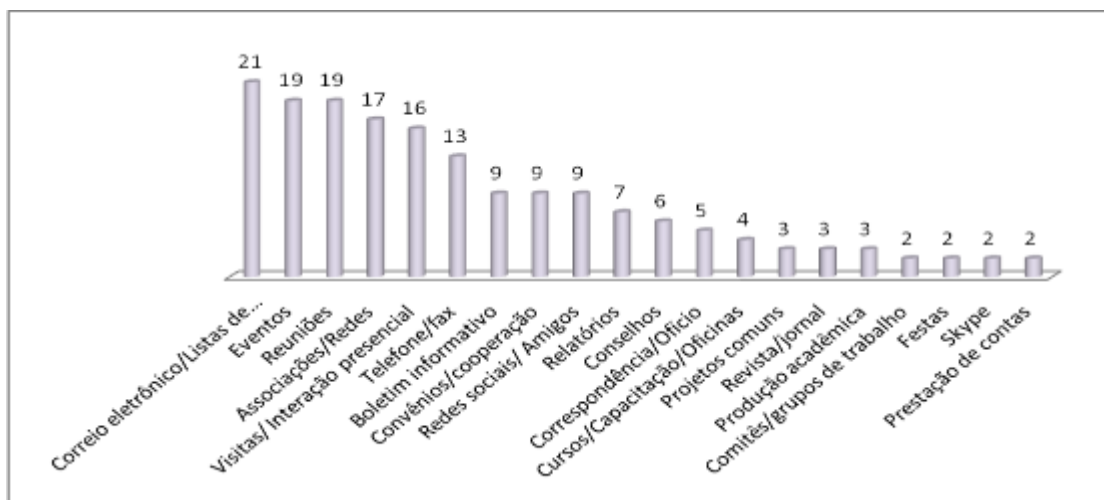
Ainda com relação à interatividade com o usuário, deve-se destacar que embora muitas organizações tenham dificuldade em usar os meios eletrônicos por conta da exclusão digital da comunidade com a qual atuam, seis mencionaram espontaneamente o uso de **correio eletrônico** ou lista de discussão com os usuários, enquanto cinco fizeram menção ao sítio eletrônico e o canal Fale Conosco como meios de interação.

As organizações demonstram a intenção de aplicar os meios eletrônicos para comunicação com os usuários – porque se apresentam como canais mais ágeis e econômicos de contato – mas, ao mesmo tempo, encontram restrições.

3.2 Articulação de parcerias

O estabelecimento de parcerias ou redes está presente no discurso de quase todas as organizações. A ideia de estabelecer conexão através das redes encontra muitas justificativas: aproveitar melhor os recursos, saber das oportunidades, juntar forças para a resistência ou para maior capacidade de negociação com o Estado, multiplicar os focos de atuação, entre outras. “O chamado à formação de redes como modelo ou dispositivo estratégico tornou-se um slogan para traduzir formas de ação coletiva em busca de eficácia e democratização ampliada.” (Burity, 2005, p. 99). A questão das parcerias está bastante imbricada com a participação em movimentos ou associações, característica bastante presente entre as organizações pesquisadas. O Gráfico 2 permite uma visão geral dessa interatividade.

Gráfico 2 – Interação das organizações com os parceiros



Fonte: pesquisa da autora.

Sistematicamente os meios eletrônicos de comunicação vêm se colocando como canais preferenciais de comunicação, principalmente o **correio eletrônico** e listas de discussão (21 organizações), embora outras organizações tenham também mencionado aplicativos como o *Skype*, *MSN* e teleconferências. Os entrevistados foram questionados quanto à razão dessa escolha. As respostas, invariavelmente giraram em torno da agilidade na comunicação, economia de recursos e manutenção do contato, no sentido da comunicação ter uma constância.

A facilidade de comunicação mediada por computador permitiu que as organizações conhecessem as experiências de outras organizações, facilitando “a aprendizagem dos atores cívicos sobre o desenvolvimento de agendas ou planos de políticas públicas, sobre quando e

como estabelecer compromissos, bem como reconhecer se está sendo manipulado, pressionado ou ameaçado.” (Maia, 2007, p. 52)

Por outro lado, as organizações não abrem mão dos encontros presenciais representados por **eventos e reuniões** que são também mencionados por 19 organizações entre as formas de interação com parceiros.

Igualmente relevante é a menção das **associações e redes** (17 organizações) como canal de interação entre as organizações. Cinco redes dessa natureza foram mencionadas por mais de uma organização do grupo pesquisado: a Rede CAMMPI,⁴ a Confederação Nacional das Instituições de Apoio à Criança com Câncer, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), a Rede de Abrigos e a Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais (Febiex).

A Febiex – presente na fala de sete organizações – é mencionada como a grande articuladora de informações, de projetos para conseguir recursos, de demandas comuns, de fortalecimento das instituições que trabalham com a causa da inclusão social de pessoas com deficiência. Como diz uma entrevistada, é o resultado da evolução associativa.

Convém lembrar que aqui estamos fazendo um esforço de agrupamento de formas de interação entre parceiros, embora, principalmente no caso das redes, essa delimitação seja impossível. As redes são, por natureza, avessas a limites. Em outras palavras quando dizemos que as organizações encontram nas redes das quais fazem parte os parceiros de interlocução, a interação tende a extrapolar a rede.

3.3 Comunicação com o poder público e com o meio político

Diferentemente da relação com beneficiários e parceiros – na qual as organizações demonstram sempre o interesse de aproximação – com o poder público percebe-se uma posição ambígua. Enquanto algumas organizações veem o poder público como um parceiro, outras restringem a relação ao mínimo indispensável ou relatam dificuldades e más experiências. Já com o meio político – considerados aqui como partidos e candidatos a cargos públicos – a quase totalidade prefere manter distanciamento.

Sete organizações explicitaram a visão do poder público como parceiro, embora algumas vezes esse conceito de parceria misture apoio financeiro. Como adiantamos na seção 2, para algumas organizações vem se intensificando uma zona cinzenta na qual as fronteiras

⁴ A Rede CAMMPI (*Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe*) é um espaço de mobilização e ação articulada das organizações comunitárias e empreendimentos populares da Península de Itapagipe (Salvador, Bahia).

de atuação entre Mercado, Estado e Sociedade Civil não ficam claras. Para Mendonça (2011, p. 17) “a tendência agora é atentar para os imbricamentos e as relações entre eles, que podem trazer benefícios à democracia, mas também efeitos antidemocráticos.”

Por outro lado, cinco organizações quando questionadas sobre as formas de interação com o poder público, tiveram como principal reação esboçar a dificuldade de encontrar canais de comunicação e o relato das dificuldades:

“A gente não tem gestores públicos que ouçam a comunidade. Agora mesmo estamos com um problema com a Conder, a gente já foi lá duas vezes e não resolveu. Porque o fato do gestor público receber não quer dizer que ele tenha resposta ou vá dar resposta e a gente quer que o gestor público tenha resposta para nossos problemas. Por exemplo, essa obra parada há um ano, alguém tem que responder por isso. A responsabilidade do gestor público com a população ainda é muito insignificante.”

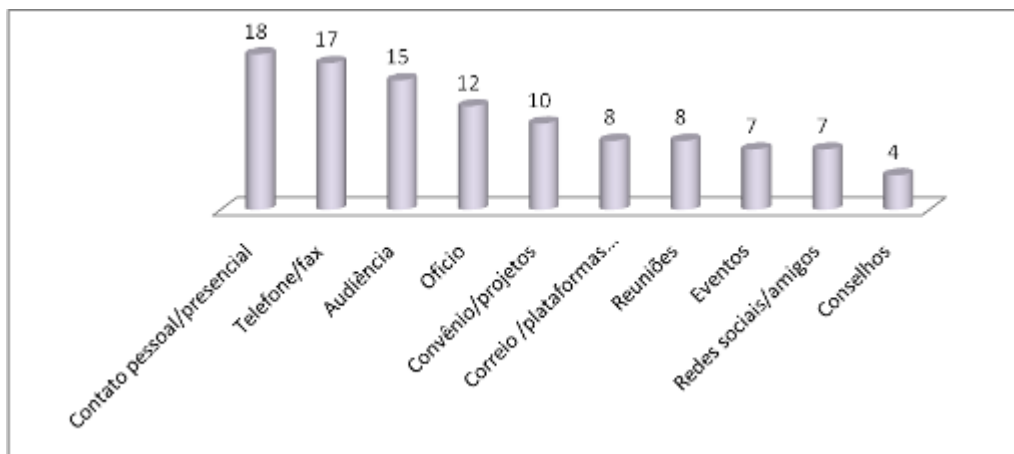
Esta fala levanta uma questão relevante sob o ponto de vista da comunicação, uma vez que a propalada abertura política brasileira dos últimos anos ainda esbarra na falta de diálogo. Em outras palavras, a comunicação com o poder público, na visão das organizações, é deficiente: ele propõe-se, a princípio, a ouvir, mas nem sempre oferece respostas.

Todas OSC, no entanto, têm algum relacionamento com o poder público. As principais formas colocadas estão ilustradas no Gráfico 3. Além dos canais de contato serem menos diversificados se comparados com aqueles utilizados com parceiros e beneficiários, fica evidente a dificuldade em usar meios eletrônicos de interação, com apenas oito organizações os mencionando.

O **contato pessoal** e presencial ainda é a forma mais comum de interação. Isso significa que as organizações vão, fisicamente, procurar pelos órgãos públicos:

“Com o poder público, [a internet] não é o formato de comunicação que nós utilizamos. Se eu preciso agendar uma reunião com o secretário, eu formalizo isso dentro da modalidade institucional mesmo, que normalmente é o ofício.”

Gráfico 3 – Interação das organizações com o poder público



Fonte: pesquisa da autora.

Nessa fala, além de aparecer o uso do **ofício** (citado por 12 organizações), também emerge a questão da formalização, que é outra característica marcante na relação entre organizações e poder público. Essa formalização também aparece no uso do **fax** que, para algumas organizações, causa certa estranheza perante outras formas de interação mais ágeis. Brundin (2007) com base em dados empíricos de outras pesquisas também observou que as tecnologias de informação e comunicação parecem ser mais efetivas quando combinadas com ferramentas de comunicação mais convencionais, como fax e cartas.

Se para algumas organizações, a relação com o órgão público é marcada pela formalização e elas se valem de mecanismos como cartas e ofícios, inclusive para conseguir um contato presencial com o gestor público, por outro lado existem sete que mencionaram o uso de um meio bastante informal – as **relações sociais** (ou “contatos”) – para garantir essa interação:

“Por exemplo, na época de Sarney eu tinha uma amiga que era assessora do Sarney, então me colocava na sala dele. Era por amizade pessoal, não pela causa que a gente defende. Então as coisas são realmente difíceis.”

Nesta fala, vê-se que há uma linha tênue entre o uso saudável das relações sociais e o clientelismo. Organizações, públicas ou do terceiro setor, são formadas por pessoas que, invariavelmente desenvolvem laços pessoais que permeiam seu trabalho, mas é difícil precisar se isso não envolve a troca de favores. Assim como há organizações que se mostram avessas a esse tipo de relação: *“Nada de favores, nem benesses, nem privilégios, porque enquanto houver privilégios não haverá cidadania.”*

Retomando as formas de relacionamento com o poder público, as **audiências** representam a terceira forma mais citada. Estão presentes nas práticas de 15 organizações:

“Essa solicitação de audiência com autoridade, no começo não queria, depois viu-se que tinha necessidade de fazer isso, de ter contato com o político porque nós passamos a ganhar mais visibilidade, então era necessário que fosse.”

Essa fala também exemplifica o desejo de distanciamento do meio político e, inclusive, certa confusão entre o poder público (a autoridade) e meio político (o político propriamente). Na ânsia de manter-se fora da política partidária, a organização tenta trabalhar sem qualquer envolvimento com o poder público, o que se torna insustentável com o tempo. Por outro lado, a necessidade de agendamento de audiência traz a tona novamente a questão da formalização das formas de contato com o poder público. E isso repercute na limitação dos canais eletrônicos de interação: *“Por exemplo, eu peço a audiência pela internet, mas no outro dia sai o expediente formal pelo correio para garantir a confirmação.”*

Por fim, entre oito e quatro organizações mencionaram a presença em **reuniões, eventos e conselhos** como forma de interação com o poder público. Os eventos e os conselhos vêm se colocando como fóruns privilegiados de relacionamento entre os atores sociais para o debate de temas de interesse coletivo. Eles representam também a principal mudança percebida pelas organizações na sua relação com o poder público.

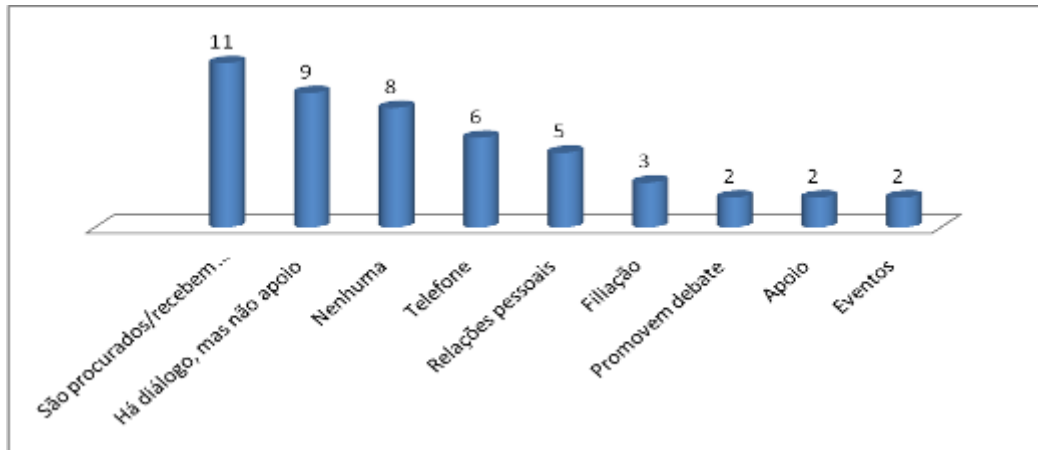
Quanto ao meio político, trinta e seis entrevistados assumem que há alguma relação entre pessoas da organização e políticos. Em termos gerais, a relação entre organizações e meio político pode ser sumarizada conforme o Gráfico 4.

As organizações dizem ser muito procuradas por partidos e candidatos políticos (11 citações), especialmente em período de campanha eleitoral, mas procuram se esquivar. Ao contrário de tentar fugir do assédio, nove organizações preferem manter um diálogo, mas sem declarar apoio a nenhum candidato ou partido.

Oito organizações disseram não ter nenhuma relação com partidos ou candidatos políticos. Além disso, todas as organizações fazem questão de registrar sua não vinculação a partidos políticos, como se isso fosse elemento desqualificante para a organização. Trata-se de um resultado interessante, uma vez que a proclamada independência política pode ser considerada uma posição política em si. A pesquisa de Brundin (2007) com organizações não-governamentais norte-americanas chegou a resultados semelhantes: as ONG definem-se como

politicamente neutras, ou mesmo apolíticas, embora todas estivessem envolvidas em vários trabalhos relacionados a mudanças sociais.

Gráfico 4 – Interação das organizações com o meio político



Fonte: pesquisa da autora

Na pesquisa de Teixeira (2008, p. 84), sobre o papel político das organizações da sociedade civil na Bahia, somente 5% afirmaram possuir relação com partidos políticos, “em geral assumem-se suprapartidárias, com receio de ‘confundirem seus associados’ ou por ‘não se envolverem com política’”.

Três OSC disseram que no passado houve filiações de membros da organização ou do movimento do qual fazem parte, embora novamente frisassem que sem apoio formal da organização. Mesmo as duas organizações que disseram apoiar determinados candidatos remetem a um apoio relacionado a uma causa comum e não exatamente um apoio declarado ao candidato.

4 O emprego da internet para a interação

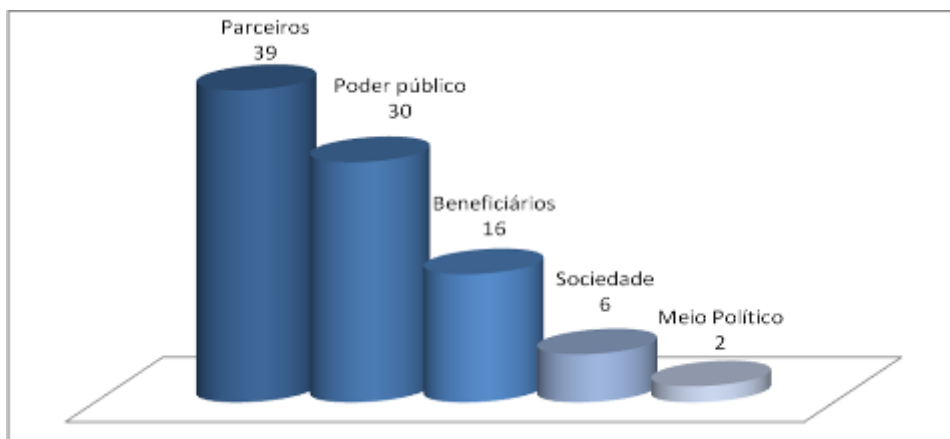
Embora o uso de ferramentas eletrônicas para interação tenha surgido espontaneamente no discurso das organizações, houve a atenção de fazer esse questionamento objetivamente: com quais dos atores tratados (beneficiários, parceiros, poder público e meio político), as organizações utilizam a internet como meio de interação? Portanto, os dados aqui se referem à interação somente via internet e vão, em números absolutos, diferir daqueles abordados quando os canais de interação foram espontaneamente descritos pelas organizações. Em

termos proporcionais, no entanto, vamos ver que os dados são coerentes com aquilo que já vinha sendo relatado. O Gráfico 5 resume a disposição.

Embora o ator “sociedade” não estivesse na previsão original, seis organizações ao se referirem aos públicos com os quais a internet é um meio de interação a mencionaram. As ferramentas de interação eletrônica mais citadas com este público foram o próprio sítio eletrônico, informativos eletrônicos, transmissão de palestras via internet e balancete *on-line*.

Aqui se observa também uma característica documentada por Alonso (2009) quanto às mudanças nos movimentos sociais: eles já não se dirigem prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais e a conquista de parceiros para suas causas.

Gráfico 5 – Interatividade das organizações pela internet



Fonte: pesquisa da autora.

Em resumo, a internet é mais usada para a interação com parceiros (88,6% delas conseguem se comunicar com parceiros por meios eletrônicos). Em seguida, aparece o poder público (68,1%) e os beneficiários (36,3%). Com o meio político, como a interação por qualquer meio já é pequena, apenas duas organizações disseram ter contato via internet.

Dentre as descrições das 39 organizações que utilizam a internet para interação com parceiros, observa-se que este se colocou como um canal efetivo e costumeiro de comunicação. As redes são anteriores, ou seja, a internet potencializa a comunicação, dá capilaridade às ações, ajuda a estabelecer novos contatos, mas o capital social foi alicerçado pelos contatos pessoais que, nem sempre, mas em geral são prévios ao emprego da internet como meio de interação. De qualquer forma, se a comunicação digital apresenta um novo conjunto de ferramentas para estabelecer e estender as redes sociais, para produzir novas

formas de colaboração e disseminação da informação, talvez possam colaborar para a participação política (Gomes, 2011).

As organizações que relatam dificuldades em usar a internet para interagir com parceiros justificam tal fato à inexistência de infraestrutura necessária por parte do parceiro. Com o poder público há uma situação disforme do uso da internet para interação: com alguns órgãos há a exigência do uso da plataforma, com outros o meio eletrônico não é um canal efetivo de comunicação. Quanto àqueles órgãos que exigem o uso de aplicativos eletrônicos foram citados o Ministério da Justiça, o Ministério Público, a Receita Federal e a Previdência Social.

De acordo com o relato das organizações, na esfera da Secretaria de Fazenda e Receita Federal, a maior parte de relatórios, informações sobre pessoal, relatórios para renovação da certificação da utilidade pública federal, são enviados por meio eletrônico pela própria exigência do ente público.

Fora esses órgãos específicos, as organizações dizem que o poder público até disponibiliza canais eletrônicos de comunicação, mas eles são ainda pouco efetivos. Em geral, elas recorrem a contatos pessoais ou tentam um telefonema.

Já comentamos da necessidade de formalização ou do uso dos “contatos” para que a organização tenha acesso ao gestor público. No entanto, quando confrontados com o uso de meios eletrônicos para interagir com o poder público, a necessidade da formalização e do impresso fica ainda mais evidente. A interação com o poder público, quando ocorre, é presencial, formalizada e com traços de clientelismo, na medida em que se precisa recorrer a “contatos” quando o acesso ao ente público deveria estar disponível para todos; e o meio eletrônico empregado – usualmente o correio eletrônico – funciona mais para um primeiro contato do que como um espaço de diálogo propriamente ou discussão entre organizações e poder público. Mesmo para solicitar uma audiência, por exemplo, as organizações podem tentar um contato eletrônico, mas ele terá de ser completado por um documento impresso.

Pinho (2008) em pesquisa sobre portais de governo eletrônico chegou à resposta semelhante. Ele observou que quanto à disponibilização de canais de participação política propriamente, há formulários eletrônicos, ouvidorias, contatos, mas não há transparência quanto à sua funcionalidade e resultados práticos. Quanto à discussão de políticas públicas (gestão de recursos ou programas de governo), nenhum portal por ele pesquisado disponibilizava qualquer mecanismo de interação ou discussão, o mesmo ocorrendo quanto à avaliação dos serviços públicos por parte dos cidadãos. Essas observações vão ao encontro da

avaliação de Gomes (2005a, p. 221): “Em suma, apesar do fato de a Internet prover espaço adicional para a discussão política, ela também é atingida pelas blindagens antipúblico do nosso sistema político, o que diminui consideravelmente a real dimensão e o real impacto da opinião pública tanto on-line quanto offline.”

O baixo uso da internet para interação com os beneficiários usualmente refere-se à exclusão digital desses, embora outro motivo também muito citado seja a necessidade de contato pessoal:

“A internet é uma coisa muito boa, mas eu acho que distanciou muito o humano e a pessoa de periferia quer esse calor, quer lhe ver; quando vem, narra a situação dele, o problema dele, e quer ter alguém para ouvir. E a internet ficou muito assim técnica, muito afastada. [Então] depende muito, porque quando você se articula com a comunidade, às vezes é melhor que você vá pessoalmente.”

Essa fala traz à tona a importância da manutenção de intermediários humanos na sociedade: “A sociedade aberta [...] tropeça sempre na necessidade de recorrer a intermediários. Mesmo multiligados, todos procuram o outro, e sobretudo necessitam de intermediários *humanos*. (Wolton, 2006, p. 73, grifo do autor)

No entanto, é considerável (88,6% das organizações) a aplicabilidade que deram à Rede para fortalecer as redes de que já faziam parte e fortalecer as parcerias. Elas se apoderam dos recursos digitais como meio de organização e vazão das demandas sociais, além do que tomam conhecimento e buscam parceiros para as várias formas de ação política a que se propõem. Então, de uma lado há que se considerar os padrões anteriores de socialização presentes nas organizações, mas de outro reconhecer que a internet joga um papel facilitador na interatividade: “A ciber-sociedade é um lugar de escolha por excelência, então onde as pessoas vão e o que elas fazem é suscetível de ser fortemente direcionada pelas suas preferências e interesses prévios.”⁵ (Norris, 2001, tradução nossa).

5 Conclusão

A interatividade que as OSC estabelecem com diferentes setores da sociedade é base para todas suas atividades de participação política. Ou seja, é no relacionamento estreito com a comunidade que as organizações conhecem suas demandas, suas deficiências, mas também

⁵ “Ciber-society is a place of choice par excellence so that where people go and what they do is likely to be strongly channeled by their prior preferences and interests.”

sua cultura, suas especificidades, que fazem, por exemplo, com que uma política pública bem-sucedida numa região não tenha a mesma repercussão em outra.

As organizações também veem a internet como uma importante forma de interação, mas não a única e nem a mais adequada para todos os públicos. Com o público-alvo, por conta da exclusão digital e da valorização do contato pessoal, privilegiam uma interação mais presencial e personalizada. Já com os parceiros, as TIC têm sido gradualmente absorvidas e diretamente aplicadas para potencializar o fluxo de informação e comunicação. Com o poder público – a despeito dos programas de governo eletrônico se autopromoverem pela perspectiva da melhoria da interatividade com o cidadão – as plataformas eletrônicas ficam relegadas ao trânsito de dados contábeis e formalização de documentos. Portanto, o contato eletrônico com o poder público não envolve, em geral, diálogo, discussão ou comunicação em seu sentido relacional. Quando a organização precisa dessa comunicação recorre ao telefone ou aos “contatos” que têm no órgão público para agendar uma audiência ou a requerimentos formalizados, como os ofícios.

As dificuldades de interação com o poder público repercutem nas formas de atuação política das organizações. Basta observar que as organizações claramente privilegiam aquelas formas que podem prescindir do agente público (a participação em audiência pública é apenas a nona forma citada, 70,5% das organizações) (Borges, 2011). Mesmo a participação em conselhos (81,8%), que envolve organizações e agentes do poder público, trata-se de uma interação institucionalizada, ou seja, é uma exigência legal e independe da iniciativa de uma ou outra parte.

Em suma, permanecem promessas as potencialidades do uso da internet para as participação política das organizações da sociedade civil, envolvendo distintos atores, entre os quais – e principalmente - o poder público.

Referências

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, v. 76, p. 49-86, 2009.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- BORGES, J. **Participação política, internet e competências infocomunicacionais**: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. 2011. 352 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, universidade Federal da Bahia, 2011.

- BRUNDIN, P. Just another communication tool?: NGO perceptions of the internet as a political space. In: AVDIC, A. *et al* (Org.). **Understanding eParticipation: contemporary PhD eParticipation research in Europe**. Örebro: Örebro University Library, 2007. p. 217-230.
- BURITY, J. A. Identidades coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública não-estatal. In: LUBAMBO, C. *et al* (Org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005. Cap.3. p. 63-107.
- COLEMAN, S. Can the new media invigorate democracy? **Political Quarterly**, v. 70, n. 1, p. 16-22, jan. 1999.
- GOHN, M. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.
- GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras**, v. 7, n. 3, p. 214-222, set./dez. 2005a.
- GOMES, W. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C. M. *et al* (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. Cap.1. p. 19-45. (Cibercultura).
- KING, J. Democracy in the information age. **Australian Journal of Public Administration**, v. 65, n. 2, p. 16-32, 2006.
- LITTLEJOHN, S. W. **Fundamentos teóricos da comunicação humana**. Tradução de CABRAL, Á. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- MAIA, R. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. **Logos**, v. 27, n. 14, p. 43-62, 2º sem. 2007.
- MAIA, R. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. (Org.). **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 327-348.
- MAIA, R. Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, R. C. M. *et al* (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. Cap.2. p. 47-91.
- MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 1, abr. 2001.
- MENDONÇA, R. F. Comunicação e sociedade civil: interfaces e agendas. **Revista Compólitica**, v. 1, n. 1, p. 8-44, mar./abr. 2011.
- NORRIS, P. **Digital divide: civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide**. Cambridge: Cambridge University, 2001.
- PINHO, J. A. G. D. Internet, governo eletrônico, sociedade e democracia no Brasil: algumas questões básicas em debate. **Revista VeraCidade**, v. 3, n. 3, maio 2008. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v3/images/veracidade/pdf/artigo2.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2011.
- PINTO, C. R. J. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p. 651-670, 2006.
- TEIXEIRA, E. C. C. **Sociedade civil na Bahia: papel político das organizações**. Salvador: EdUfba, 2008.
- WAMPLER, B.; AVRITZER, L. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, V.; NOBRE, M. (Org.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: 34, 2004. p. 210-238.
- WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.